



PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES 20 A 24 DE FEVEREIRO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO PÚBLICO

 **LEI N.º 8/2012. D.R. N.º 37, SÉRIE I DE 2012-02-21**

Assembleia da República

Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

 **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2012. D.R. N.º 37, SÉRIE I DE 2012-02-21**

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores das entidades públicas integradas no Serviço Nacional de Saúde.

 **DECRETO-LEI N.º 43/2012. D.R. N.º 39, SÉRIE I DE 2012-02-23**

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova a orgânica da Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

 **DECRETO-LEI N.º 46/2012. D.R. N.º 40, SÉRIE I DE 2012-02-24**

Ministério da Saúde

Aprova a orgânica do INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

ECONOMIA / INVESTIMENTO

 **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 24/2012. D.R. N.º 39, SÉRIE I DE 2012-02-23**

Assembleia da República

Recomenda ao Governo, às instituições europeias e aos Estados membros da União Europeia que concentrem os seus esforços na promoção do crescimento económico e na criação de emprego.

“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”

Chambers European Excellence Awards, 2009; Shortlisted 2010, 2011/ Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011/The Lawyer European Awards- Shortlisted, 2010, 2011

“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”

Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010, 2011

“5ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”

Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011

“Melhor Sociedade de Advocacia de negócios da Europa do Sul”

ACQ Finance Magazine, 2009

“Melhor Departamento Fiscal do Ano”

International Tax Review - Tax Awards 2006, 2008

Prémio Mind Leaders Awards™

Human Resources Suppliers 2007

PORTARIA N.º 47-A/2012. D.R. N.º 40, SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2012-02-24

Ministério da Economia e do Emprego

Quarta alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro.

EDUCAÇÃO

DECRETO REGULAMENTAR N.º 26/2012. D.R. N.º 37, SÉRIE I DE 2012-02-21

Ministério da Educação e Ciência

Regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e revoga o Decreto Regulamentar n.º 2/2010, de 23 de Junho.

DECRETO-LEI N.º 41/2012. D.R. N.º 37, SÉRIE I DE 2012-02-21

Ministério da Educação e Ciência

Procede à 11.ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril.

FINANCEIRO

DECRETO-LEI N.º 40/2012. D.R. N.º 36, SÉRIE I DE 2012-02-20

Ministério das Finanças

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 279/98, de 17 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos bilhetes do Tesouro.

FISCAL

DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO N.º 11/2012. D.R. N.º 40, SÉRIE I DE 2012-02-2

Assembleia da República

Declaração de rectificação à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, sobre o «Orçamento do Estado para 2012», publicada no Diário da República, 1.ª série, suplemento, n.º 250, de 30 de dezembro de 2011.

PORTAL DAS FINANÇAS

Circular n.º 4/2012 - 23/02 - Avaliação Geral da Propriedade Urbana - Remunerações.

Circular n.º 3/2012 - 20/02 - AT - Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente e Pensões. Tabelas de Retenção - 2012 - Região Autónoma da Madeira.

Circular n.º 2/2012 - 20/02 - AT - Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente e Pensões Tabelas de Retenção - 2012.

Ofício-Circulado n.º 60085/2012 - 20/02 - DSGCT - Aplicação no tempo dos regimes legais relativos a redução da taxa de justiça e encargos devidos em processo de execução fiscal.

Ofício-Circulado n.º 35003/2012 - Classificação fiscal de veículos ligeiros especiais e afins.

MAPA JUDICIÁRIO

DESPACHO N.º 2486/2012. D.R. N.º 36, SÉRIE II DE 2012-02-20

Ministério da Justiça - Gabinete da Ministra

Cria um grupo trabalho no âmbito da reforma do mapa judiciário.

PRIVACIDADE

LEI N.º 9/2012. D.R. N.º 39, SÉRIE I DE 2012-02-23

Assembleia da República

Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.

SAÚDE

DECRETO-LEI N.º 44/2012. D.R. N.º 39, SÉRIE I DE 2012-02-23

Ministério da Saúde

Procede à extinção e integração por fusão no Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., do Hospital de Curry Cabral, E. P. E., e da Maternidade Dr. Alfredo da Costa.

TURISMO

PORTARIA N.º 47/2012. D.R. N.º 36, SÉRIE I DE 2012-02-20

Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Primeira alteração da Portaria n.º 261/2009, de 12 de Março, que define os critérios e procedimentos para o reconhecimento, pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), de empreendimentos de turismo de natureza.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - RAA

DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL N.º 7/2012/A. D.R. N.º 36, SÉRIE I DE 2012-02-20

Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo

Segunda alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2007/A, de 25 de Outubro, que regulamenta o Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local.

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES N.º 8/2012/A. D.R. N.º 36, SÉRIE I DE 2012-02-20

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Recomenda à Comissão Permanente de Política Geral que no âmbito das suas competências apresente à Assembleia Legislativa uma Proposta de Reforma da Administração Local na Região.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA – RAM

RESOLUÇÃO N.º 69/2012, DE 20 FEVEREIRO

Cria uma Estrutura Técnica para assegurar a implementação e o acompanhamento das medidas previstas no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região.

RESOLUÇÃO N.º 78/2012, DE 20 DE FEVEREIRO

Actualiza, com efeitos a partir de 01/01/2012, os montantes das participações mensais por utente, devidas pelo Centro de Segurança Social da Madeira (CSSM).

GOVERNO DE PORTUGAL

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012

O Conselho de Ministros aprovou, entre outros, o seguinte:

- O Conselho de Ministros aprovou o Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego, com o objectivo de acelerar e potenciar a contratação e a formação dos desempregados, contribuir para um acompanhamento reforçado de potenciais situações de desempregados de longa duração, alterar o sistema e a articulação das medidas activas e passivas de emprego e imprimir uma nova dinâmica ao funcionamento dos Centros de Emprego.
- O Conselho de Ministros aprovou um diploma que visa regular a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas, ajustando esses princípios aos de uma directiva comunitária, já transposta, relativa aos serviços no mercado interno.
- O Governo aprovou uma resolução que autoriza a participação de Portugal no nono aumento geral de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

- O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza a prática dos actos necessários à participação de Portugal no aumento de recursos do Fundo de Operações Especiais (FOE) do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que cria a estrutura de gestão dos fundos do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 em Portugal e aprova as respectivas regras de operacionalização.

UNIÃO EUROPEIA

JOUE

📄 **Regulamento (UE) n.º 156/2012** da Comissão, de 22 de Fevereiro de 2012, que altera os anexos I a IV do Regulamento (CE) n.º 44/2001 do Conselho **relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial.**

📄 **Decisão da Comissão**, de 21 de Fevereiro de 2012, que cria o **grupo de peritos sobre política penal da UE.**

📄 **Decisão de Execução da Comissão**, de 10 de fevereiro de 2012, que estabelece regras relativas aos planos de transição nacionais referidos na Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às **emissões industriais.**

📄 **Comunicação da Comissão sobre as taxas de juro** em vigor aplicáveis na recuperação de auxílios estatais e as taxas de referência/actualização para 27 Estados-Membros aplicáveis a partir de 1 de Março de 2012 [Publicado de acordo com o artigo 10.º do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão de 21 de Abril de 2004.

📄 **Parecer** do Comité das Regiões sobre o tema «Reduzir os trâmites administrativos para os cidadãos: promover a livre circulação dos documentos públicos e o reconhecimento dos efeitos dos actos de registo civil».

📄 **Parecer** do Comité das Regiões sobre a «Eficiência energética».

📄 **Parecer** do Comité das Regiões sobre «Uma matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCSIS)».

COMISSÃO

📄 **UE DEFINE PLANOS PARA GARANTIR UMA PENSÃO ADEQUADA AOS QUE SE REFORMAM.**

Na sequência de [uma consulta sobre regimes de pensões europeus](#) e do inquérito anual sobre o crescimento de 2012 da Comissão, o novo documento de estratégia sobre pensões sustentáveis visa estabelecer um maior equilíbrio entre as fases de vida activa e de reforma, assegurar a manutenção dos direitos de pensão das pessoas mudam de país de residência e ajudar os cidadãos a fazerem mais poupanças para o futuro.

📄 **DIREITO DAS SOCIEDADES EUROPEU: QUAL O CAMINHO A SEGUIR?**

📄 **PREVISÕES INTERCALARES: LIGEIRA RECESSÃO COM SINAIS DE ESTABILIZAÇÃO**

Estagnação da economia da UE e ligeira recessão na zona euro previstas para 2012. Retoma de um crescimento moderado prevista no segundo semestre do ano.

CONSULTA PÚBLICA – COMISSÃO

📄 **Avaliação da adequação das normas internacionais de contabilidade do sector público aos Estados-Membros – Consulta pública**
Data limite: 11.05.2012

📄 **Consulta sobre o futuro do direito das sociedades europeu**
Data limite: 14.05.2012

CONSELHO DA UE

VENDAS A DESCOBERTO: MAIOR TRANSPARÊNCIA E REGRAS MAIS RIGOROSAS

A 21 de Fevereiro, o Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros) adoptou novas regras aplicáveis às vendas a descoberto e a certos aspectos dos swaps de risco de incumprimento. O regulamento introduz requisitos comuns de divulgação de informações a nível da UE e harmoniza os poderes que os reguladores podem utilizar em circunstâncias excepcionais, caso haja ameaça grave para a estabilidade financeira.

PARLAMENTO EUROPEU

ACTA: PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE O ACORDO COMERCIAL ANTICONTRAFAÇÃO

O ACTA já foi assinado por 30 países mas só pode entrar em vigor depois de ser aprovado pelo Parlamento Europeu. Ao longo dos próximos meses, os eurodeputados irão decidir o futuro do Acordo Comercial Anticontrafação, aprovando-o ou rejeitando-o. Quais são os objectivos do Acordo e por que tem suscitado tantos protestos?

BANCO DE PORTUGAL

NEWSLETTER SEPA.PT (3ª EDIÇÃO) - JANEIRO DE 2012 - Área Única de Pagamentos em Euros

Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) publica novas recomendações

A presente Newslettter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslettter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.
